

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO ENSINO DA REDE PÚBLICA E PRIVADA

Área Temática: Educação e Pesquisa em Contabilidade

Elonílio José Andrade de Paula – UFPB/CCAЕ – elonilio54@hotmail.com
Prof^a. Dr. Edilane do Amaral Heleno – UFPB/CCAЕ – edilane.amaral@gmail.com
Prof. Ms. Manoel Heleno Gomes da Silva – UFPB/CCAЕ – mhgsilva2013@gmail.com
Prof^a. Ms. Isabelle Campos Rezende – UFPB/CCAЕ – isabelle_1236@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo apresentar a percepção dos discentes do ensino da rede pública e privada sobre conhecimentos de Educação Financeira. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo com método quantitativo. Quanto ao seu tipo, apresenta-se como uma pesquisa descritiva pois busca descrever características, opiniões e ações dos gestores das escolas. O processo de coleta de dados foi realizado por meio da aplicação de questionário junto aos alunos e professores da disciplina de matemática das turmas do 3º ano médio e gestores tanto da Escola Estadual de Ensino Médio Ivan Bichara Sobreira, localizada no município de Lagoa de Dentro – PB, quanto do Instituto Moderno, localizado na cidade de Mamanguape-PB. Assim, constatou-se que a escola pública não desenvolve nenhuma atividade voltada para o tema em questão, já a escola privada tem atividades interdisciplinares como a “Feira do Empreendedorismo” que tangenciam a discussão sobre educação financeira. Apesar disto, observou-se que há uma falta de conhecimento de forma mais abrangente dos alunos sobre Educação Financeira em ambas as escolas.

Palavras-chave: Escola. Finanças Pessoais. Investimentos. Decisões.

1 Introdução

A Educação Financeira é um tema que possibilita uma compreensão acerca de fatos econômicos e promove ao cotidiano das pessoas clareza ao tomar decisões, observado sua relação com questões que envolvem consumo, poupança e crédito. Assim, compreende-se que, de fato, é necessário a inserção deste tema no dia a dia de crianças e adolescentes, pois serão eles os prováveis consumidores no futuro, (PINTO, 2020)

No Brasil, segundo dados informados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no ano de 2018 o número de inadimplentes chegou a 63,6 milhões de pessoas, atingindo diretamente a economia do país. Igualmente, trazendo para a realidade do estudo pode-se afirmar que o total de devedores no mês de abril de 2021 foi o maior desde agosto de 2020, com 39,5% da população adulta nesta situação (Informações do portal G1, 2021). Assim, segundo Araújo (2012, p.15) “a cidadania financeira requer, que os cidadãos honrem compromissos financeiros, evitem fraudes e superendividamentos, sendo assim responsáveis pelo bem estar social”, evitando, por meio da educação financeira, o não pagamento de

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Setorial do CCAE

P324e Paula, Elonílio Jose Andrade de.

Educação Financeira: um estudo a partir da percepção
dos discentes do ensino da rede pública e privada /
Elonílio Jose Andrade de Paula. - Mamanguape, 2021.
16 f.

Orientação: Edilane Do Amaral Heleno.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Escola. 2. Finanças Pessoais. 3. Investimentos. 4.
Decisões. I. Do Amaral Heleno, Edilane. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 577.4(043.2)

Elaborado por LUIZA PEREIRA NUNES - CRB-936/15

dívidas que pode causar desequilíbrio no controle da renda familiar.

Desta forma, faz necessário a inserção da educação financeira na escola, onde de acordo com Pinto (2020, p.05) aplicar a “Educação Financeira nas escolas é uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos”. Assim, oportuniza o primeiro contato do indivíduo e cria possibilidades de gerar competências necessárias para fazer escolhas inteligentes. Desta maneira, Pinto (2020, p. 05) também salienta que “discentes financeiramente educados podem constitui-se em indivíduos autônomos em relação as suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só sua vida como a de outras pessoas”. Consequentemente, é entendido que indivíduos com conhecimento sobre Educação Financeira terá propriedade para decidir o que considerar correto ao tomar uma decisão financeira.

Conforme Negri (2010, p.16), “a educação financeira não pode ser privilégio só dos adultos e deve ser estendida também aos adolescentes, que serão os cidadãos de um futuro bem próximo”. Desta forma, se tem uma óptica de que o tema é bastante interessante e pertinente para o público infanto-juvenil, onde serão eles os próximos consumidores. E que, destarte, poderão tomar atitudes conscientes em relação as suas finanças pessoais.

A realidade sobre finanças pessoais é preocupante, dados levantados pelo SPC na pesquisa de 2018 mostra que 41,6% da população adulta encontram-se endividadas, o que corresponde pouco menos de 1/3 dos brasileiros. Hodierno, os números de pessoas endividadas caiu, porém os valores da divídiãa teve um aumento, somando 245,3 bilhões de reais em setembro de 2021, (Informações da Agência Brasil, 2021). Deste modo, a educação financeira é apontada como ferramenta importante para que se possa mudar esse quadro de inadimplência. Assim, o governo criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o Decreto de Nº 7397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010 e instituiu o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) no âmbito do Ministério da Fazenda a coordenação e execução da ENEF, onde tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Embasado nesse contexto, em que o Brasil se encontra, onde o endividamento já atinge aproximadamente 42% da população adulta, conforme dados do SPC, se faz necessário a inserção da educação financeira no processo de ensino. Portanto, levantou-se a seguinte questão problema: Qual a percepção dos discentes da escola pública e privada sobre conhecimentos de Educação Financeira?

Visando responder ao problema o objetivo geral foi apresentar a percepção dos discentes do ensino da rede pública e privada sobre conhecimentos de Educação Financeira. Deste modo, o presente trabalho mostra-se relevante, pois discute sobre a importância da inserção da Educação Financeira no processo de ensino nas turmas do 3º ano médio. Assim, poderá contribuir para que as redes públicas e privadas de ensino revejam seu processo educacional a oportunizar aos discentes atividades que envolvam o tema em questão. Dessa maneira, gerar possibilidades de aprendizado para que os alunos possam desenvolver atitudes conscientes em relação a suas finanças pessoais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Educação Financeira

A Educação Financeira consiste em um processo responsável por tornar os

indivíduos mais conscientes em relação a sua vida financeira e proporciona a possibilidade de entendimento quanto as oportunidades e riscos que podem estar envolvidos na tomada de uma decisão (OCDE, 2005). Com base na Educação Financeira e sua importância para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão, Negri (2009, p.19) destaca que:

Educação Financeira é um processo educativo que por aplicação de métodos próprios, pelos quais as pessoas de diversas idades, níveis sociais, raça ou cor, permite que as pessoas desenvolvam atividades que auxiliem na manipulação do seu dinheiro ou títulos que as representem.

Desta forma, é observado que o processo de aprimoramento quanto a utilização correta do dinheiro está ligada com o conhecimento obtido sobre este, onde quanto mais informações você tiver mais poderá gerar capacidade para resolver situações problemas que surgem no dia a dia.

Consoante Cordeiro *et. al.* (2018, p.70), “a EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro”. Destarte, é considerada um tema de grande relevância na atualidade, haja vista a preocupação do governo quanto a sua inserção nos mais variados segmentos, dentre eles a educação.

No Brasil, poucas foram as ações voltadas para a Educação Financeira durante a primeira década do século XXI, porém após a crise financeira global no ano de 2008, o assunto passou a ser discutido com mais frequência. Portanto, a necessidade que a sociedade compreendesse melhor sobre suas finanças pessoais passou a ser preocupação para os governantes. Com isso, por meio do Decreto de Nº 7.397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010 o governo criou a ENEF, onde foi instituída como política de caráter permanente e garante gratuidade em iniciativas que desenvolvam e fortaleçam a cidadania (BRASIL, 2010).

O foco da ENEF está no desenvolvimento e implementação de programas para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos. A ENEF chegará às crianças e jovens principalmente por programas a serem desenvolvidos em escolas de ensino fundamental e médio, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC) e com a colaboração das secretarias de educação estaduais e municipais (BRASIL, 2013, p.03).

Contudo, é perceptível que a Educação Financeira é essencial para o aprimoramento e desenvolvimento de uma sociedade responsável quanto ao seu dever no que se refere a utilização do dinheiro. Capacitar os cidadãos para tomar decisões corretas atinge diretamente a economia do país e, conseqüentemente, favorece para atitudes eficientes.

Portanto, o indivíduo ao desenvolver habilidades e competências para que se identifique riscos e oportunidades tornará as escolhas mais responsáveis e seguras financeiramente. Desta maneira, a educação financeira contribui, de certo modo, para a mudança de hábitos como poupar, investir e avaliar melhor situações que envolvam dinheiro no cotidiano (BRASIL, 2010).

2.2 O papel da escola na sociedade

A escola é uma grande ferramenta para desenvolver e formar cidadãos em todos os aspectos, sendo eles culturais, sociais e econômicos. Segundo Silva (2017, p.69), “a

socialização busca adaptar os hábitos, necessidades e interesses, se o processo for atribuído de forma igualitária a todos, os hábitos de propagação de valores serão os mesmos”. Portanto, a escola tem papel fundamental na interação do indivíduo com o meio em que vive.

Lopes (1995, p.10), entende “que o processo educativo na escola deve respeitar a liberdade e as especificidades de cada ser humano, deve atender as solicitações individuais para que cada um se desenvolva de acordo com sua própria potencialidade”. Assim, se busca mecanismos que facilitem a assimilação dos alunos quanto aos temas propostos em sala.

A escola, por sua vez, tem papel secundário, observado que as famílias trabalham inicialmente a formação moral do indivíduo. Desta maneira a escola é mediadora para que os discentes se integrem ao meio social, tendo a possibilidade de resolver as situações problemas que surgem no dia a dia (SILVA, 2017).

É notório que a escola tem importante função para a formação do aluno quanto a sua cidadania. Thomaz (2009, p.10), destaca que “o papel da escola não é só propiciar o conhecimento intelectual que faz parte de sua grade curricular. Seu papel vai além, cabe-lhe preparar os jovens para o futuro”.

[...] a educação escolar pode ocupar papéis na formação humana e intelectual, dedicando-se a preparar e possibilitar ao ser humano condições necessárias para que o mesmo possa desenvolver-se cognitivamente e, de posse dos diversos ensinamentos. (OLIVEIRA, 2013, p.12).

Portanto, é perceptível que a escola é primordial para o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão. Desta forma, as disciplinas e temas trabalhados em sala de aula proporcionam aos discentes uma discussão acerca de seu papel em sociedade. Assim, estabelece sua cidadania, a partir do momento em que conhece seus direitos e deveres, onde tem o poder de transformar o meio em que vive.

2.3 Tipos de escolas

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visa o desenvolvimento do indivíduo e proporciona seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, é o que garante o art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). O Estado, portanto, é responsável por garantir a educação a seus habitantes, que conforme a Constituição Federal de 1988 destaca que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional.

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Assim, pode-se conceituar escola pública, como a instituição responsável por proporcionar o ensino gratuito para a população, direito assegurado e mantido pelo Estado, onde o processo de ensino tem por objetivo fomentar a cidadania, formar e desenvolver cidadãos nos aspectos culturais, sociais e cognitivos (BRASIL, 1988).

O ensino é livre à iniciativa privada obedecendo as normas gerais de educação,

seguindo o art. 209 da Constituição Federal, e desta maneira as escolas particulares são mantidas por sua própria prestação de serviços. Portanto, o ensino privado, nos apresenta distinções quanto ao ensino público.

Conforme Naiff et al. (2010, p.58):

Mostrou que as representações sociais dos professores sobre o alunado do ensino público o vê como desfavorecido na aprendizagem, principalmente pelo seu contexto social. Já em relação ao aluno das escolas privadas, o professor se sente intimidado com o poder que os alunos têm e se ressentido de ter que se desdobrar para satisfazê-los. Os ensinos público e privado no Brasil apresentam características muito díspares e provocam, conseqüentemente, representações diferenciadas, tanto na relação dos professores e alunos, quanto do professor com sua prática.

Nas escolas particulares se tem como ideal favorecer o ensino e satisfazer as demandas e desejos daqueles que pagam para obter aprendizado. A escola pública ainda que a legislação seja direcionada para a garantia do direito à educação, tem sofrido com questões que envolvem um quadro de evasão escolar, dificuldade de recursos, além de violência dentro e fora das escolas, desta forma as práticas escolares por vezes se desvia do seu propósito inicial (NAIFF et al., 2010).

2.4 Educação financeira na escola

O processo educacional da escola é formar indivíduos capazes de compreender seu papel perante a sociedade. Consoante Amadeu (2009, p.17), destaca que “é preciso fazer o cidadão entender e compreender que suas ações e suas atitudes conscientes com seu dinheiro refletem a construção de uma sociedade melhor, o que também é uma necessidade educacional”. Assim, existe a necessidade de o indivíduo seguir uma linha em que todos estejam conscientes quanto ao seu dever como cidadão.

A formação de um cidadão responsável com suas finanças é considerada imprescindível no processo educacional no que tange a educação financeira. Com isso, as políticas governamentais devem incentivar a transformação de valores dos cidadãos, onde suas concepções alinhadas ao conhecimento obtido poderão auxiliar os indivíduos no cumprimento de seu papel na sociedade (AMADEU, 2009).

Consoante Negri (2010, p.27), “em 1988, foi lançado um volume intitulado “Temas Transversais”, que vem dar corpo aos Parâmetros Curriculares Nacionais”. Assim, Negri (2010) apud Beraldi (2000, p.97) destaca que:

A metodologia proposta para a inclusão de assuntos como: Ética, Pluralidade cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo na organização do currículo, bem como no desenvolvimento dos conteúdos. É o eixo central em torno do qual gira a temática das áreas curriculares. Temas que devem ser trabalhados nas escolas transversalmente aos conteúdos tradicionais.

Portanto, é observado que os temas transversais têm a função de nortear os jovens na compreensão da realidade social, dos direitos e deveres enquanto cidadão. Silva (2015, p.20) diz que “para disseminar a Educação Financeira no Brasil foi criado, pela ENEF, um modelo para levar seus conceitos às escolas. A partir de contribuições de especialistas de diversas áreas”. Deste modo, a escola detém meios para que consiga atingir o seu propósito como formadora de indivíduos que detenham conhecimento para solucionar situações que envolvam questões financeiras.

A discussão sobre educação financeira já persiste por alguns anos, mas teve um maior

ênfoque a partir do Decreto de Nº 7.397/2010 que cria a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e, conseqüentemente, foi constituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF. Assim, para assessorar o CONEF foi instituído no âmbito do Ministério da Fazenda o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), contendo um representante de cada um dos seguintes órgãos que compõem a CONEF, onde o representante do Ministério da Educação presidirá (BRASIL, 2010).

O Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), sob a supervisão do MEC elaborou o documento Orientações para Educação Financeira nas Escolas, anexo ao Plano Diretor da ENEF, que apresenta modelo conceitual para levar a educação financeira às escolas. Nele é apresentado um conjunto de princípios que podem nortear as ações necessárias, tendo em vista a estrutura do sistema educacional brasileiro, a autonomia das escolas e dos educadores nas definições de propostas pedagógicas, bem como o papel da União na coordenação da política nacional de educação. O documento propõe que o assunto seja tratado como tema relevante inserido nas diversas áreas do conhecimento, chamados pelos PCN como temas transversais (CARDOZO, 2011, p. 72).

De acordo com Cardozo (2011, p. 56) “no Brasil, governo e sociedade também estão engajados na questão da orientação financeira nas escolas e desse modo, ver que o desenvolvimento do presente projeto nacional de educação financeira responde a uma necessidade atual da sociedade”. Assim, se estabelece uma relevância na discussão e inserção da educação financeira na escola, onde irá possibilitar o aluno conhecimentos voltados para a solução de problemas que poderão surgir no dia a dia. E, que de maneira consciente possa ser resolvido com soluções inteligentes, como por exemplo: poupar, comprar com desconto, analisar taxas de juros de empréstimos, entre outros. Desta forma, a escola surge com o propósito de auxiliar o aluno em relação a suas finanças pessoais. Sendo assim, o aluno que outrora tenha visto este assunto em sala terá competências para optar pelo que considera correto ou não ao tomar uma decisão.

4 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa foi de caráter descritivo e quantitativo, onde buscou levantar informações a respeito da percepção dos alunos da rede pública e privada no que tange a importância da Educação Financeira no debate diário no âmbito escolar. O estudo foi elaborado por meio de procedimentos metodológicos, que envolvem levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo por meio de questionários contemplando teoricamente o debate sobre a introdução da Educação Financeira no cotidiano escolar.

A pesquisa abrange 85 alunos, sendo eles 63 da escola pública e 22 alunos da escola privada, além dos professores de matemática das turmas do 3º ano médio (2 professores) e os gestores de ambas as escolas (2 gestores).

O trabalho foi realizado em duas escolas, uma privada e uma pública, nas turmas do terceiro ano médio. As escolas participantes são: a Escola Estadual de Ensino Médio Ivan Bichara Sobreira (escola pública) localizada na cidade de Lagoa de Dentro-PB, onde pertence a 14º regional de ensino e o Instituto Moderno (escola privada), localizado na cidade de Mamanguape-PB. Se deu a escolha das escolas citadas, por estarem elas inseridas nas cidades que pertencem a 14ª regional de ensino, sendo a Escola Estadual de Ensino Médio Ivan Bichara Sobreira a única de sua cidade a ofertar o ensino médio, não existindo escolas de iniciativa privada que ofertem esse ensino na cidade de Lagoa de Dentro.

Já o Instituto Moderno tem como característica acolher alunos de sua região pelo fato das cidades circunvizinhas não ofertarem esta modalidade de ensino. Com isso, buscou-se comparar o grau do conhecimento dos alunos e, identificar por meio dos professores de matemática e gestores se as escolas estão proporcionando aos alunos atividades e propostas interdisciplinares sobre Educação Financeira. O estudo conta com a aplicação de questionários, resumido nos quadros abaixo:

Quadro 1 Aspectos do questionário para os alunos das escolas pública e privada

Perfil Socioeconômico:	Gênero, idade, renda, conhecimento e hábitos relacionados a Educação Financeira.
Educação Financeira:	Levanta questões voltadas para o conhecimento do aluno quanto a temática e suas considerações quanto a importância desse tema.
Finanças Pessoais:	Se faz estágio, se trabalha, renda, como planeja as finanças, como gasta o dinheiro, como guarda, como paga as dívidas e se tem algum conhecimento em finanças pessoais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Quadro 2: Aspectos do questionário para professores de matemática e gestores das escolas pública e privada

Perfil Socioeconômico:	Gênero, idade, formação, atuação, nível de escolaridade.
Educação Financeira:	Levanta questões voltadas para o conhecimento do professor e gestor quanto a temática e suas considerações quanto a importância desse tema, dúvidas relacionadas a aplicação do conteúdo nas escolas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O estudo usou como amostra os alunos que estavam presentes em sala. Também aplicamos um questionário, diferente, para os professores e gestores como mostra o Quadro 2 acima. Assim, os dados foram trabalhados por meio de gráficos.

A aplicação dos questionários teve uma duração de duas semanas, devido a incompatibilidade de horários e a dificuldade de encontrar os gestores. A princípio foi aplicado no Instituto Moderno, com a participação de 22 alunos da única turma do 3º ano médio, nesse mesmo momento, os alunos indagaram sobre a temática proposta, onde nos possibilitou discutir sobre as questões contidas na pesquisa. Após os alunos participarem, foi a vez do professor de matemática e o gestor da escola supracitada.

Já na EEEM Ivan Bichara Sobreira participaram da pesquisa 63 alunos, das três turmas do 3º ano do ensino médio. Onde, da mesma forma, os alunos questionaram sobre a temática e, mais uma vez, foi discutido e tirado dúvidas sobre a pesquisa. Logo, em sequência, foi aplicado o questionário com o professor de matemática e o gestor escolar.

Além dos alunos participarem da pesquisa, foi elaborado um questionário voltado para os professores de matemática das turmas do 3º ano médio e os gestores das ambas as escolas.

Foi observado, nos alunos, uma vontade e um certo interesse sobre o tema em questão. Todos participaram de forma efetiva e indagaram sobre as questões durante a pesquisa, onde pode desenvolver um pequeno debate e, tirar dúvidas quanto ao assunto. Assim, também, foram os professores de matemática e os gestores, participando dos questionários e relatando sobre a realidade das disciplinas e da escola.

Desse modo, foi executado o presente trabalho com a óptica de fazer um levantamento sobre a perspectiva dos alunos sobre Educação Financeira. Desta forma, também verificar se o tema proposto está sendo debatido com a mesma proporção entre as escolas.

5 Apresentação e análise dos resultados

No tópico a seguir será exposto os resultados da pesquisa, que estão organizados inicialmente com apresentação do perfil dos alunos, representado por gráficos, sendo eles gerais e comparativos.

5.1 Perfil dos alunos

5.1.1 Idade dos discentes

Ao analisar o Gráfico 1 observou-se que a maioria dos alunos, tem entre 13 e 16 anos, um destaque maior para os alunos da escola privada, com 59,1%. Diferentemente do resultado apresentado pelos respondentes da escola pública, que mostra-se com uma idade mais avançada, onde 54% dos pesquisados tem entre 17 e 20 anos de idade. Desta maneira, a escola pública, também, é a única que apresentou alunos com idade acima de 20 anos, 7,9% dos alunos entrevistados.

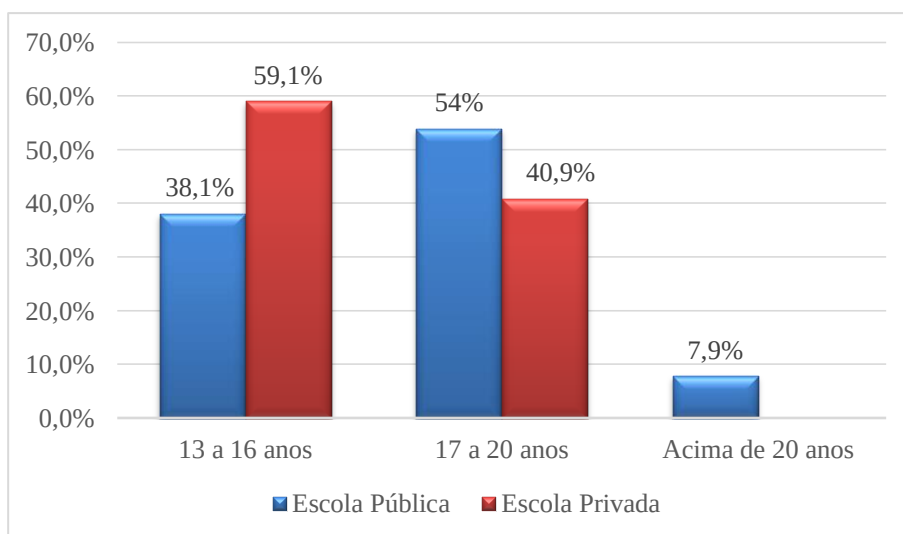


Gráfico 1 Idade dos discentes.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.2 Importância atribuída ao ensino da Educação Financeira

A gente vai verificar que na Escola Pública os alunos vão considerar como muito importante e importante, onde 55,6% acredita ser muito importante. Agora quando observamos a Escola Privada alguns alunos mostra-se indiferentes quanto a resposta, mas em sua maioria consideram importante e muito importante com percentuais de 45,5% e 50%, respectivamente. Segundo Cardozo (2011, p. 42) a “Educação Financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. Desta forma, a Educação Financeira é necessária para formar indivíduos conscientes em relação a suas finanças.

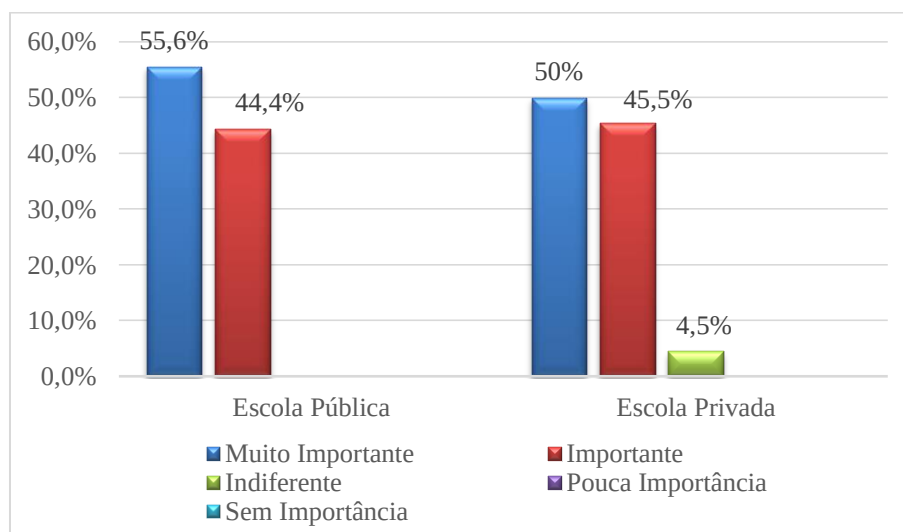


Gráfico 2 Importância atribuída ao ensino da Educação Financeira

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.3 Percepção se o aluno exerce atividade remunerada

O gráfico 3, observamos que a maioria dos alunos, de ambas as escolas, respondeu que não exercem atividade remunerada. Neste gráfico, observamos ainda que a grande maioria dos alunos da Escola Pública responderam que não exercem atividade remunerada, 82,3% dos alunos pesquisados. Uma informação bastante interessante, pois no primeiro gráfico (Idade dos alunos) um certo percentual tem uma idade já avançada, idade propícia de desenvolverem algum trabalho, principalmente de carteira assinada. Outro ponto que destacamos, é que um percentual maior de alunos da escola privada exerce atividade remunerada, apesar da pouca idade.

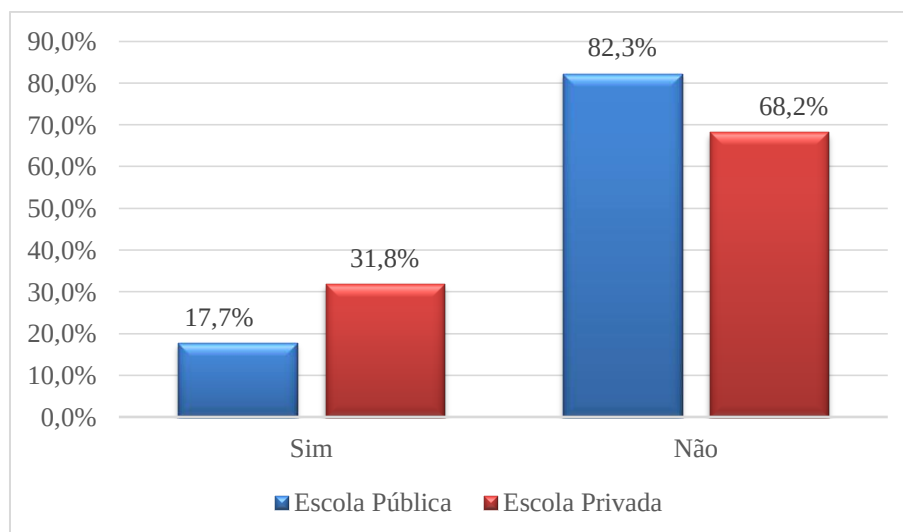


Gráfico 3 Percepção se o aluno exerce atividade remunerada

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.4 Recebimento de mesada dos pais

É observado no Gráfico 4, que a maioria dos alunos recebem dinheiro dos seus pais conforme as suas necessidades. Já é um alerta, pois eles não se sentirão obrigados e não terão condutas conscientes em relação ao controle financeiro (SILVA, 2015). Comparando as informações do gráfico, nota-se que as porcentagens referente aos que recebem mesada

mensal são bem próximass. Já os que recebem de acordo com a necessidade, maior parte dos discentes da escola pública, número correspondente a 43 responderam que recebe dinheiro conforme sua necessidade. Já as outras porcentagens, referente aos que recebem mesada, sendo ela quinzenal, semanal e mensal é destacado a maior parcela de alunos da escola privada.

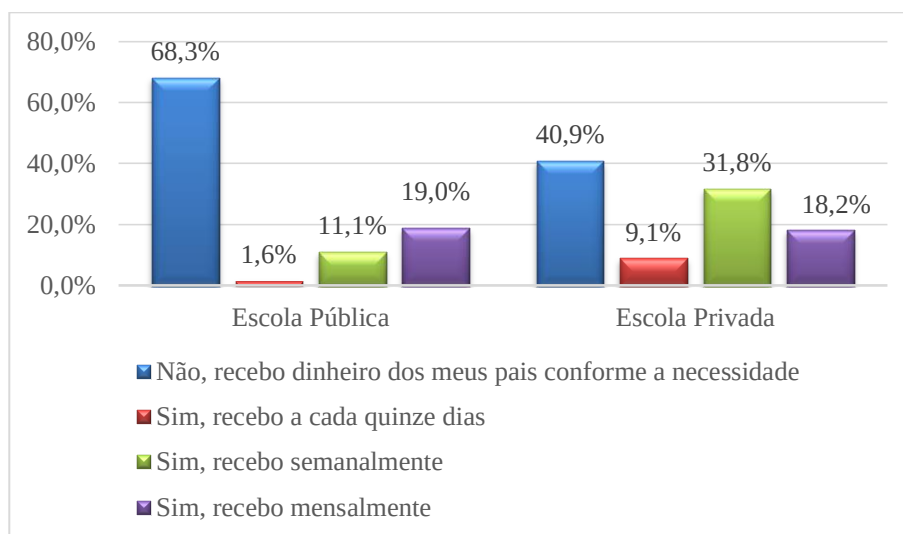


Gráfico 4 Recebimento de mesada dos pais

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.5 Conhecimento sobre Planejamento Financeiro

Neste gráfico, percebemos que os alunos da rede privada se identificam mais com essa questão, onde tem um maior percentual para *sim*, 76,2%. Isso pode estar atrelado para as atividades interdisciplinares que a escola privada proporciona aos alunos. Assim, se confirma que existe uma necessidade de que os alunos tenham uma educação voltada para as finanças pessoais, desta forma evitando a possibilidade de entrarem nas estatísticas dos órgãos de Proteção ao Crédito. É notório que as informações do Gráfico 5, apresenta dados bem próximos quando se compara aos resultados dos alunos pesquisados, tanto da escola pública como da privada que, a grande maioria, afirmam conhecer sobre planejamento financeiro.

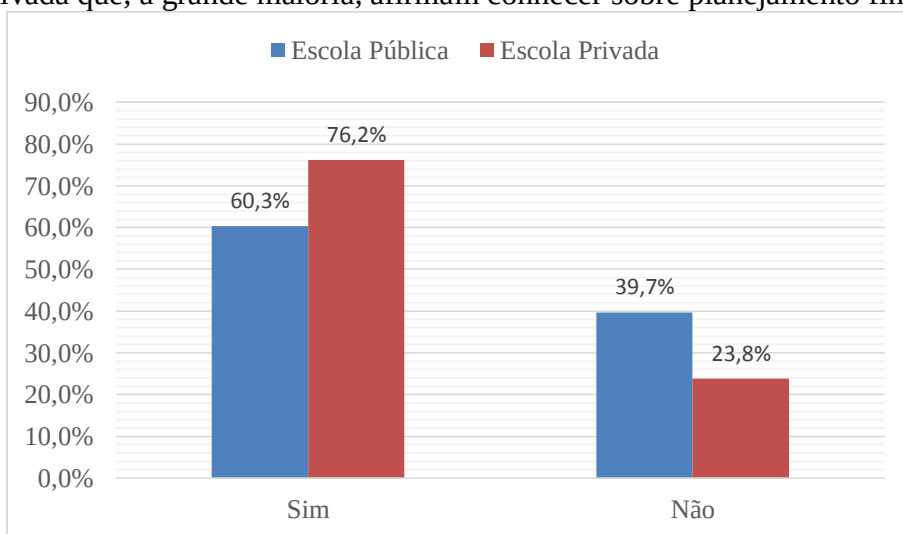


Gráfico 5 Conhecimento sobre planejamento financeiro

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.6 O que os discentes fazem com o dinheiro que recebem

Observa-se que, existe uma divergência em relação ao gráfico anterior, onde os alunos responderam que conhecem sobre planejamento financeiro. Porém, neste gráfico é observado que um maior percentual dos alunos da rede privada gastam sem necessidade, com coisas supérfluas e artigos eletrônicos. Outro ponto que é interessante destacar é que apenas os alunos da rede pública ajudam seus pais financeiramente. Isso ocorre devido a questões de dificuldade financeira, onde no questionário aplicado com os alunos, de acordo com o Quadro 1, na metodologia do trabalho, questionamos sobre o perfil socioeconômico dos discentes, assim obtemos a informação de que a maioria dos alunos da rede pública tem como renda familiar 1 salário ou menos que isso.

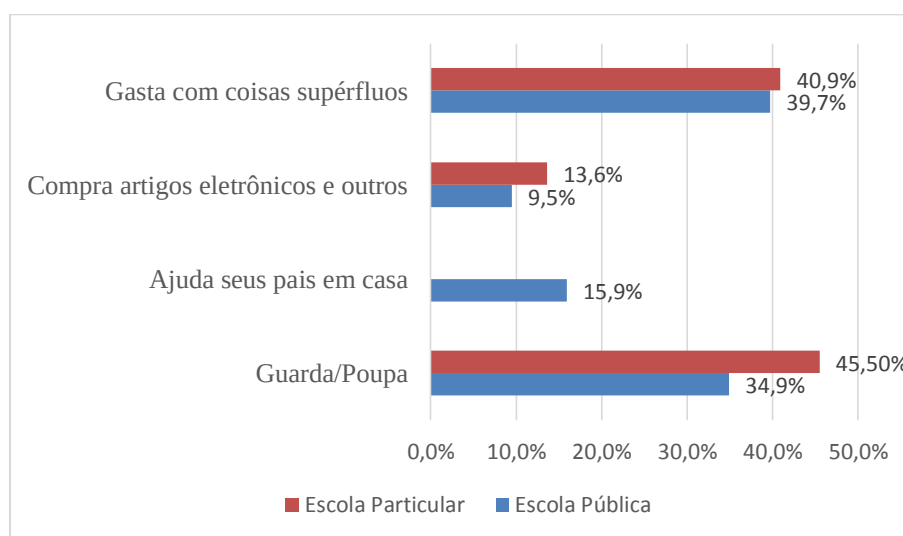


Gráfico 6 O que os discentes fazem com o dinheiro que recebe

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.7 Informações sobre Finanças Pessoais

O Gráfico 7 mostra que muitos dos alunos pesquisados tem interesse quanto ao tema proposto. Boa parte dos entrevistados responderam que já conversaram com a família sobre a temática finanças pessoais. Destaca-se os discentes da escola privada onde em sua maioria conversa com familiares a respeito das finanças pessoais.

Neste gráfico é observado que muitos alunos já buscaram se informar sobre o assunto, principalmente os alunos da escola privada, onde destacamos um percentual maior para aqueles que já conversou com seus pais e pesquisou na internet.

Embora a escola pública tenha apresentado um resultado que configura como satisfatório, no qual somado as porcentagens a maioria deles já conversaram com um familiar ou já pesquisou na internet sobre o assunto em questão. Verificou-se também uma certa quantidade de alunos que nunca participaram de nada, o que corresponde a 24,2% dos alunos respondentes da escola pública.

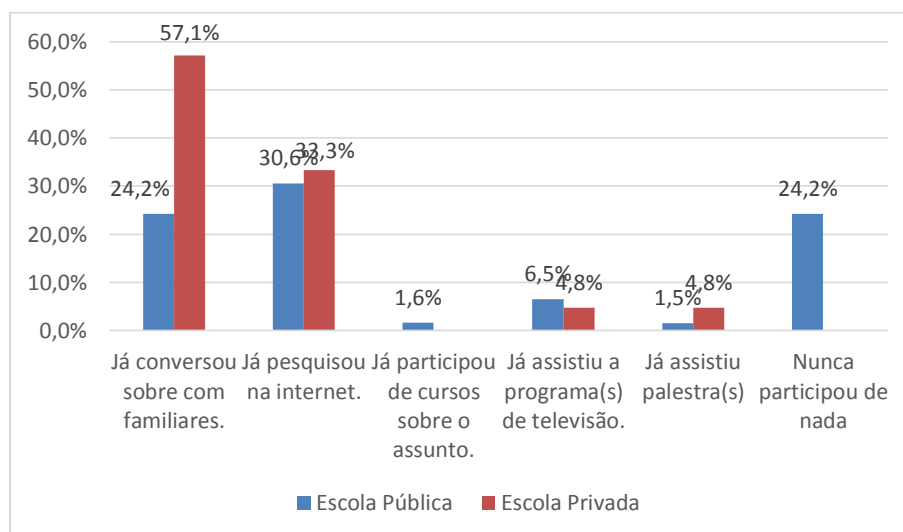


Gráfico 7 Informações sobre finanças pessoais

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.8 Conhecimento para gerenciar seu próprio dinheiro

Dos alunos entrevistados foi identificado que mais da metade, tanto da escola pública como da privada, mostrou que não se sente seguro em relação ao seu conhecimento para gerenciar seu dinheiro (Gráfico 8). Essa informação é preocupante, pois mostra, mais uma vez, que é preciso levar essa discussão para a escola (sala de aula). Desse modo, entende-se que a educação financeira deve ser inserida no processo de ensino, possibilitando aos discentes uma formação cidadã consciente de suas responsabilidades para tomar decisões corretas, isso atinge diretamente a economia do país e, conseqüentemente, favorece para atitudes eficientes. Aqui, a gente ver. Ainda assim, a rede privada detém um maior percentual de alunos que se consideram razoavelmente seguro e muito seguro.

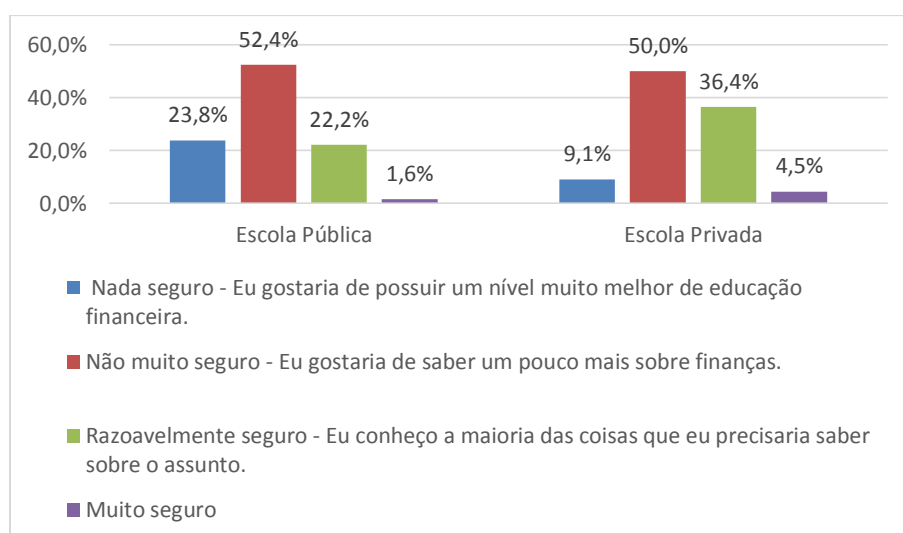


Gráfico 8 Conhecimento para gerenciar seu próprio dinheiro

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

5.1.9 Realização dos hábitos financeiros

O Gráfico 9 apresenta os hábitos financeiros dos alunos. Identificou-se que, na escola pública, se somarmos os percentuais dos que planejam as finanças para o futuro e investe seu dinheiro são 57,1% dos alunos, já na escola privada são 59,1%. Em contrapartida, 20,6% dos alunos da escola pública gastam todos os seus rendimentos, já na escola privada são 27,3% dos entrevistados. Os dados apresentados oferece informações essenciais sobre os hábitos relacionados ao uso do dinheiro. Comparando essas informações, compreende-se que os alunos ainda apresentam práticas que sugerem um descontrole financeiro já que alguns gastam todos seus rendimentos, observado os dados de ambas as escolas. Apesar disso, ainda um número relevante de alunos planeja suas finanças, investe seu dinheiro ou poupa.

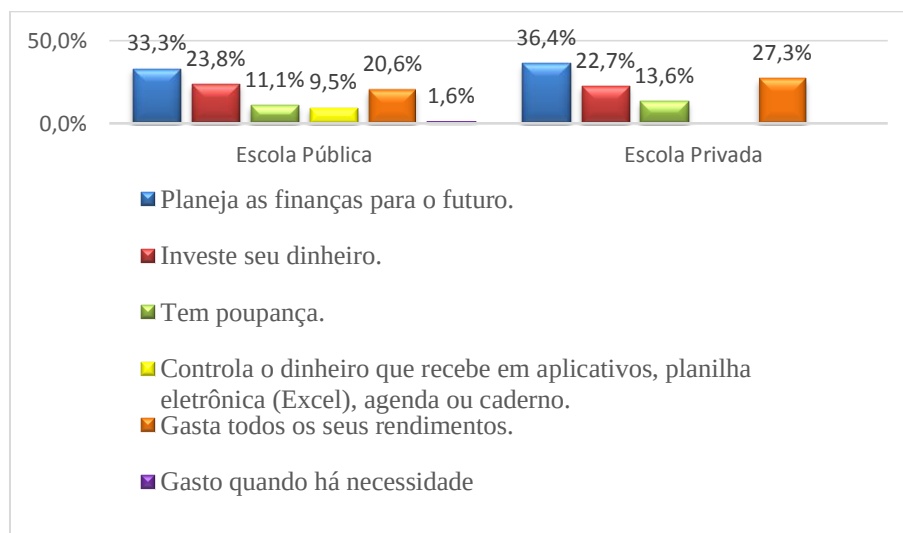


Gráfico 9 Realização dos hábitos financeiros

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

No questionário, Quadro 1 na metodologia, foi colocado uma questão voltada para quais disciplinas os alunos aprendem sobre educação financeira. Surge um destaque para as disciplinas de matemática e geografia, onde os alunos relataram ter algum contato com o tema, já que as disciplinas proporcionam alguns assuntos, como: juros, poupança, consumo planejamento (matemática), mercado global, consumismo, produção industrial (geografia). Na escola privada 100% dos alunos consideram que aprendem algo sobre educação financeira na disciplina de matemática. Já na escola pública 63,5% admitem que aprendem algo na disciplina de matemática, na sequência a disciplina de geografia com 22,2% dos entrevistados.

Para conhecer um pouco mais sobre as escolas, foi realizado a aplicação de questionário, como mostra o Quadro 2, na metodologia do trabalho, com os gestores e professores se as escolas proporcionam aos alunos alguma atividade que desenvolvam habilidades para se trabalhar com finanças. A resposta do professor e gestor da escola pública foi não, já a escola privada constatou que existem trabalhos interdisciplinares como a Feira do Empreendedorismo, onde os alunos têm contato com assuntos que permeiam a educação financeira, questões como: venda, dinheiro, lucro e investimento.

Ambos os gestores pesquisados tem especialização, consideram a educação financeira muito importante no ensino médio. O gestor da escola pública é formada em física, enquanto a gestora da escola privada não colocou sua formação. Na pesquisa colocamos duas questões de múltipla escolha, que foram: para que serve uma boa educação financeira? Ao realizar uma

compra, você compra por quê? Tanto um gestor como o outro responderam, respectivamente: para aprender a adquirir hábitos financeiros racionais e planejar com antecedência. Desta maneira, percebe-se que os gestores tem uma concepção muito parecida no tocante a Educação Financeira.

6. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar a percepção dos discentes do ensino da rede pública e privada sobre conhecimentos de Educação Financeira. Assim, pode-se relatar que a Educação Financeira é essencial e necessária para os alunos. Tanto as turmas da escola pública como a privada mostraram que tem pouco conhecimento sobre o tema em questão. Assim, a dificuldade de aplicar o controle financeiro é notória, onde os entrevistados apresentaram um perfil consumista, principalmente na compra de coisas supérfluos e artigos eletrônicos.

É observado que são poucos os incentivos, poucos alunos conversam com familiares e muitos recebem dinheiro quando há necessidade, tirando a possibilidade dos alunos controlarem seus gastos, visto que os pais não estipulam um valor fixo, a exemplo de uma mesada. Assim, fazendo uma comparação entre as escolas é observado que apenas a particular tem atividade interdisciplinar voltada para a Educação Financeira. Porém, mesmo assim, os alunos tem dificuldades tão quanto os da escola pública para gerir seu dinheiro de forma consciente.

Portanto, estabelecer uma ideia de responsabilidade fará com que assumam seu papel perante a sociedade. Desta forma, entender sobre educação financeira oportuniza a escolhas corretas, haja vista o conhecimento outrora adquirido, o qual contribuirá na tomada de decisão. Por isso, o aprendizado nessa faixa etária, onde os alunos pertencem ao último ano do segundo grau é fundamental, uma vez que, ajudaria a reduzir o número de endividados e de consumistas compulsivos, já que serão eles os principais consumidores no futuro.

No entanto, foi encontrado em nossa pesquisa alguns pontos que pode ser considerar positivos, um deles é que os alunos consideram importante a inserção da educação financeira no processo de ensino. Deste modo, identificou-se que em ambas as escolas os alunos carecem de um conhecimento necessário para gerir suas finanças pessoais.

Logo, pode-se constatar que alcançou o objetivo da pesquisa, no qual identificou como os alunos do ensino médio lidam com o dinheiro e, conseqüentemente, percebe-se que a educação financeira é indispensável para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres perante a sociedade no que tange ao uso do dinheiro, que por sua vez, está diretamente ligado a economia.

Portanto, o presente trabalho traz como informação a carência de conhecimento sobre Educação Financeira nas escolas pesquisadas, o que pode ser realidade de outras escolas. Recomenda-se para pesquisas futuras que sejam aplicados questionários com alunos do ensino fundamental, utilizando outras regiões do estado, com a finalidade de comparar e compreender como está sendo debatido nas escolas a inserção da Educação Financeira no processo de ensino.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Número de Inadimplentes cai em setembro, mas valor de dívidas aumenta.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/numero-de-inadimplentes-cai-setembro-mas-valor-de-dividas-aumenta>>. Acesso em: 04 de

dezembro. 2021.

AMADEU, João Ricardo. **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento: Proposta de Inserção da Disciplina na Matriz Curricular**. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009, p.92. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150820.pdf>>. Acesso em: 02/09/2019.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes et al. **Educação Financeira para um Brasil Sustentável Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. 2012, p.53. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>>. Acesso em: 20/11/2021.

BRASIL, SPC. **Inadimplentes Brasileiros 2018: Perfil e Comportamento Frente às Dívidas**. 2018, p. 21. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/08/analise_perfil_inadimplente_2018.pdf>. Acesso em: 05/09/2019.

BRASIL. Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010. **A Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 02/09/2019.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). **Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 04/02/2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04/02/2020.

CARDOZO, J. S. **Um olhar sobre a estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. 2011. 114 f. UnB. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3288/1/2011_JulianadeSousaCardozo.pdf>. Acesso em: 02/09/2019.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. **Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/emd/article/download/36841/25699>>. Acesso em: 02/09/2019.

G1. **1,6 milhão se tornaram inadimplentes em 2021, diz Serasa Experian**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/16-milhao-se-tornaram-inadimplentes-em-2021-diz-serasa-experian.ghtml>>. Acesso em: 30 de novembro. 2021.

LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania**. São Carlos: EDUFCar, 1995. 145 p.

NAIFF, Luciene Alves Miguez et al . **Ensino Público e Privado: Comparando Representações Sociais de Professores sobre suas Habilidades.** *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 57-64, 2010.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora.** 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recommendation of the council, Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 04/02/2020.

OLIVEIRA, Terezinha Et al. **Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas.** In: Políticas Educativas. v.6, n.2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/45662/28843>>. Acesso em: 05/09/2019.

PINTO, Ernane Pereira da Costa. **A Importância da Educação Financeira na Infância.** 2020, p. 21. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/9380/1/ERNANE.pdf>> Acesso em: 20/11/2021.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 3. ed. São Paulo: Respêl. 2008. 260 p.

SILVA, Thiago Costa da. **Educação financeira para alunos do ensino médio em Macapá-AP.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática. Macapá, 2015. 68 p. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/matematica/files/2017/01/TCC-2015-thiago-costa.pdf>>. Acesso em: 03/09/2019.

SILVA, Patrícia Andrade da. **O Papel da Escola no Processo da Socialização na Educação Infantil.** Revista PLUS FRJ: Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde, 2017. p. 68-77. Disponível em: <<https://www.faculdadeplus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/06-Artigo-O-PAPEL-DA-ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 03/09/2019.

THOMAZ, L. **A Educação e a Formação Do Cidadão Crítico, Autônomo E Participativo.** 2009, p.25. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>>. Acesso em: 05/09/2019.

Emitido em 07/12/2021

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 0/2021 - CCAE - CCC (11.01.27.11)
(Nº do Documento: 92)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/12/2021 10:03)
CRISTIANO CAVALCANTI BATISTA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
3212067

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
92, ano: **2021**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
22/12/2021 e o código de verificação: **8fb10b6a51**